

18º REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE

Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:

Desafios no Campo da Militância e das Práticas



O FEMINISMO NO RECIFE E A QUESTÃO DO VOTO (1931-1934). UM DEBATE HISTORIOGRÁFICO

Marcelo Melo da Silva*¹

RESUMO

Pretendemos abordar nesta comunicação a trajetória do movimento feminista no Recife dos anos de 1930, focalizando três organizações que surgiram na cidade em tela: a Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino, Cruzada Feminista Brasileira e a Juventude Católica Feminina, visando traçar não só a luta pelo voto, mas também a construção do eleitorado feminino após o direito conquistado. Essa análise será acompanhada da discussão historiográfica sobre o tema, no qual os estudos são basicamente da região Sudeste. Quando se cruza os dados do feminismo do Rio de Janeiro, tido como brasileiro, com o do Recife percebe-se mais diferenças do que semelhanças. Utilizaremos, para tanto, o método qualitativo de análise, sobretudo com relação aos jornais da época, como o Diário de Pernambuco e o Jornal Pequeno.

Palavras-chave: movimento feminista; Recife; historiografia.

INTRODUÇÃO

As novas gerações [década de 1930] de moças já não sabem, entre nós, a não ser entre a gente mais modesta, fazer um doce ou guisado tradicional e regional. Já não tem gosto nem tempo para ler os velhos livros de receitas de família. Quando a verdade é que, depois dos livros de missa, são os livros de receitas de doces e de guisados os que devem receber das mulheres leitura mais atenta. O senso de devoção e o de obrigação devem completar-se nas mulheres do Brasil, tornando-as boas cristãs e, ao mesmo tempo, boas quituteiras, para assim criarem melhor os filhos e correrem para a felicidade nacional. Não há povo feliz quando às suas mulheres falta a arte culinária. É uma falta quase tão grave como a da fé religiosa (FREYRE, 1967, p. 60).

De acordo com Freyre, a mulher dona-de-casa e mãe de família não só significaria a manutenção das futuras gerações, mas também a salvação da culinária

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional, Universidade Federal Rural de Pernambuco. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. marcelomelo.historia@yahoo.com.br.

18º REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



regional e da fé cristã. Contudo, é justamente nesse período que o movimento feminista em Recife ganha força e suas demandas são expostas nos jornais, como o direito ao voto.

O papel da mulher na sociedade pernambucana ainda era pautado por muito conservadorismo, devendo ela ser submissa ao pai e, ao se casar, deveria ser igualmente submissa ao marido. Apesar de algumas mulheres ocuparem espaços habitualmente masculinos, elas eram vistas com muita desconfiança. Mesmo assim, as mulheres não só estavam ocupando postos de emprego típicos dos homens, mas também espaços de divertimento, como bares, cafés e clubes. Mary Del Priore (2005, p. 258) lembra que a moda feminina nessa época era o cabelo curto (a la garçon), chapéu *colche*, saltos baixos, saia curta e cigareira. Essa forma da mulher se portar na sociedade não era apenas estilo, mas uma perspectiva de modernidade que se contrapunha a ideia conservadora de sociedade.

É justamente nessas primeiras décadas do século XX que duas organizações feministas surgem no cenário recifense: a Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino e a Cruzada Feminista Brasileira. Pretendemos abordar neste artigo a trajetória do movimento feminista no Recife e suas perspectivas de luta. Focalizamos, para tanto, estes dois movimentos em tela, além da Juventude Católica Feminina, visando traçar não só a luta pelo voto, mas também a construção do eleitorado feminino após o direito conquistado. Essa análise será acompanhada da discussão historiográfica sobre o tema, no qual os estudos são basicamente da região Sudeste.

Os movimentos feministas começam a aparecer no cenário brasileiro na transição da monarquia para a república. Algumas mulheres já abordavam a situação da condição feminina dentro da relação de gênero ainda no período monárquico. A potiguar Nísia Floresta (1810-1885) fora a precursora pela luta dos direitos das mulheres no Brasil. Nísia começa a publicar em 1830, já trazendo a perspectiva da condição feminina como mote de discussão e luta. Suas ideias de emancipação da mulher estavam ligadas a perspectiva educacional. Isto é, se as mulheres tivessem boa educação teriam mais chances de serem emancipadas do jugo masculino. A questão do voto feminino não foi bandeira de luta de Nísia. É

18º REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



importante considerar que nesse período a instrução feminina, quando existia, era voltada para os afazeres do lar. Nesse cenário, as discussões sobre direitos para as mulheres vão se avolumando, sendo criadas organizações feministas. A principal luta do primeiro movimento feminista brasileiro, final do século XIX e começo do século XX, foi pelo sufrágio feminino (PINTO, 2003).

Existem algumas possibilidades de se periodizar o movimento feminista brasileiro, em fases, ondas ou momentos. Nesse cenário dos movimentos feministas, Céli Pinto (PINTO, op. Cit) a concebe em diferentes fases. A primeira fase diz respeito à luta pelo sufrágio feminino, final do século XIX até a década de 1930. A segunda fase trata do momento pós-guerra, entre as décadas de 1960 e 1970. A terceira fase corresponde ao período dos anos oitenta, pós-Regime Militar.

Já Constância Lima Duarte (DUARTE, 2003) chama os movimentos feministas de “momentos-onda”, dividindo o movimento feminista em quatro décadas: 1830, 1870, 1920 e 1970. Constância sintetiza a ideia das “ondas” feministas:

(...) tais momentos conservam uma movimentação natural em seu interior, de fluxo e refluxo, e costumam, por isso, ser comparados a ondas, que começam difusas e imperceptíveis e, aos poucos (ou de repente) se avolumam em direção ao clímax – o instante de maior envergadura, para então refluir numa fase de aparente calma, e novamente recomeçar (DUARTE, op. Cit., p. 152).

Para Duarte “a nossa primeira onda, mais que todas as outras, vem de fora, de além mar, não nasce entre nós” (DUARTE, op. Cit., p. 154). Joana Maria Pedro crítica esta ideia de “onda”, pois acredita que esse termo conserva um caráter linear do movimento feminista, no qual os países desenvolvidos (de além mar) depositam seu conteúdo e os países subdesenvolvidos os reproduzem (PEDRO, 2011, p. 271).

Considerando a ideia de Joana Pedro, trataremos aqui o feminismo por “movimento” e não “ondas”.

Todas essas periodizações do movimento feminista dizem respeito a uma percepção histórica voltada para a região Sudeste do país, isto é, a delimitação do movimento feminista brasileiro está intrinsecamente ligada ao que foi realizado na região em tela. O feminismo brasileiro e o feminismo do sudeste são amalgamas de

18º REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE

Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



uma mesma historiografia. Contudo, é possível fazer algumas analogias entre o feminismo do sudeste e o feminismo do Recife. A Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino, por exemplo, é um desdobramento da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, fundada no Rio de Janeiro. A federação pernambucana tanto estava ligada em suas diretrizes a federação nacional, que em sua solenidade de fundação, convidou Odila Porto da Silveira, integrante da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino para discursar. Nascimento comenta a solenidade de criação da FPPF:

Foi um acontecimento, com a presença da imprensa, de mulheres de famílias importantes, de autoridades civis, legitimado pela condução da representante da nacional e realizado em pomposo endereço, no prestigiado Club Internacional da cidade (NASCIMENTO, 2011, p. 39).

É justamente nessas primeiras décadas do século XX que duas organizações feministas surgem no cenário recifense: a Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino, encabeçado por Edwiges de Sá Pereira e a Cruzada Feminista Brasileira, liderada por Martha de Hollanda Cavalcanti. Elas possuíam diferentes percepções de feminismo e sobre o rumo das mulheres naquele período. Isso não implica dizer que existiam apenas essas duas mulheres no movimento feminista do Recife.

Os estudos do feminismo em Recife da década de 1930 são ainda incipientes, tendo alguns trabalhos como o de Rita de Cássia Barbosa Araújo² e Alcileide Cabral do Nascimento³. Rita de Cássia em seu artigo analisa a enquete feita pelo Diário de Pernambuco, no qual colheu a opinião de “mulheres ilustres” da sociedade recifense com relação à participação feminina na constituinte de 1933. Já Nascimento trabalhou em seu artigo a perspectiva feminista do Recife capitaneada por Edwiges de Sá Pereira, líder da federação pernambucana.

As primeiras autoras a trabalharem este tema são do final dos anos 1960 e das décadas seguintes. Essas autoras consideravam que as feministas da época foram conservadoras por não lutarem explicitamente pela igualdade de gênero, mas

² ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. O voto de saias: a Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política. Estudos Avançados, São Paulo, v. 49, p. 133-150, 2003.

³ NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. Mulheres, política e cidadania: a criação da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino (1918-1932). Sophie, Recife, n. 1, p.30-46, abr. 2011.

18º REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



apenas participar do mundo político (SAFFIOTI, 1969; ALVES, 1980; HAHNER, 1981; BESSE, 1999).

O feminismo desse período tem como principal bandeira de luta, inegavelmente, a questão do voto. Contudo, mesmo após o acesso ao sufrágio feminino, o movimento feminista não diminuiu seu ímpeto. Este aspecto diz respeito à intenção das feministas de construir um eleitorado feminino, que não surgiria apenas com a concessão do voto.

É interessante notar que o código eleitoral de 1932 não faz referência a obrigatoriedade do voto masculino ou feminino. Contudo, na Constituição de 1934, é instituída a obrigatoriedade do voto masculino e já para as mulheres, o voto só era obrigatório se elas tivessem trabalho público e remunerado⁴. Mesmo que algumas mulheres fossem obrigadas ao alistamento eleitoral, podia-se recorrer ao próprio código eleitoral para solicitar isenção dessas obrigações. Aos homens não existia essa possibilidade, exceto aos maiores de sessenta anos⁵. Resumindo, mesmo que em alguma situação a mulher fosse obrigada a votar, ainda assim poderia requerer isenção eleitoral.

O FEMINISMO NO RECIFE DOS ANOS 30

O movimento feminista que mais teve repercussão nos jornais da cidade naquele período foi a Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino (FPPF), que fora criado em 1931, como filial da federação carioca. Em 1932, já existiam treze filiais da federação espalhados pelo país. Diz-se que a federação pernambucana foi o mais importante movimento feminista devido sua participação ativa nos jornais durante a luta pelo voto e no processo de consolidação do eleitorado feminino.

⁴ No art. 109 da Constituição de 1934, determina que “O alistamento e o voto são obrigatórios para os homens, e para as mulheres, quando estas exerçam função pública remunerada, sob as sanções e salvas às exceções que a lei determinar”.

⁵ O art. 121 do código eleitoral institui: “Os homens maiores de sessenta anos e as mulheres em qualquer idade podem isentar-se de qualquer obrigação ou serviço de natureza eleitoral”.

18º REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



Edwiges de Sá Pereira nasceu no município de Barreiros, no estado de Pernambuco, em 25 de outubro de 1885. Filha do advogado José Bonifácio de Sá Pereira e de Maria Amélia Rocha de Sá Pereira, teve condições propícias para estudar, diferentemente da maioria das mulheres daquele período. Ela foi professora, poetisa, escritora e também jornalista. Fundou com seu irmão, Eugênio de Sá Pereira, o jornal manuscrito “Eco juvenil” e a revista literária “Azul e ouro”. Na criação da revista “Azul e ouro” também contou com a ajuda do conterrâneo barreirense Caetano Andrade. Edwiges também produziu, juntamente com Amélia Beviláqua, Ursula Garcia e outras mulheres, a revista feminina “O lírio”. O número de jornais e revistas que Edwiges escreveu foi considerável. Além de sua atuação jornalística, ela também se destacou na área literária, tendo alguns livros publicados. “Campesinas”, “Um passado que não morre”, “Horas inúteis”, “A influência da mulher na ação pacifista do após guerra” e “Pela Mulher, para a mulher”. As duas últimas obras estão relacionadas com a questão feminina no âmbito sociopolítico.

Além de atuar no jornalismo e na poesia, também foi professora concursada de prática pedagógica na Escola Normal do Recife. Em 13 de maio de 1920 Edwiges ocupou a cadeira número sete na Academia Pernambucana de Letras, sendo um feito inédito às mulheres da América Latina.

Edwiges, assim como Bertha Lutz, não se casou e também não teve filhos. Sobre essa questão Nascimento aponta que “O ingresso em um mundo masculino pela via da atividade intelectual e da militância política parece ter sido um impeditivo à maternidade e ao casamento ou, talvez, uma escolha, pois a lei submetia a mulher ao marido” (NASCIMENTO, op. Cit., p. 40). A mulher ainda que pudesse votar, precisava da aprovação do marido, ao qual era submetida pelo Código Civil da época⁶.

⁶ O art. 178, § 7º, parágrafo VII determinava, durante os dois primeiros anos de casamento, “a ação do marido ou dos seus herdeiros, para anular atos da mulher, praticado sem o seu consentimento”. O art. 233 definia que “O marido é o chefe da sociedade conjugal”. O art. 1.299 escrevia que “A mulher casada não pode aceitar mandato sem autorização do marido”. O mandato tem aí um sentido genérico, sendo possível utilizá-lo na perspectiva das eleições. O art. 1.288 definia assim sobre o mandato: “Opera-se o mandato, quando alguém recebe de outrem poderes, para, em seu nome, praticar atos, ou administrar interesses”. Este código foi publicado em 1916.

18º REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE

Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



presente e, acionados por invencível força ascensional, pensa, movimentam-se, age. E, unidas as duas correntes, as mulheres que não precisam e as que precisam e sabem trabalhar organizam-se, protestam, e reclamam a conquista de direitos civis e políticos, na aspiração de colaborar nos dispositivos das leis que, regulando a sociedade, tão profundamente vão se refletir nos costumes (Idem).

É importante notar a posição social que Edwiges ocupava no discurso feminista de salvação das mulheres mais pobres. Além de advogar pela emergência da cidadania política feminina, também tinha a intencionalidade de socorrer as mais necessitadas da pobreza e da falta de emprego. Edwiges ainda discutiu a importância da sua tese para o feminismo brasileiro:

Ao feminismo no Brasil, com o direito do voto em perspectiva, dentro de sua divisa rigorosamente humana – “pela mulher, para a mulher” – cabe uma nobre tarefa patriótica, social, cristã. Da sua ação perante os governos, do seu esforço moral e material resultará *ad futurum* a eficiência de elemento feminino nacional, influndo como capital valorizado na economia do país (PEREIRA, op. Cit., p. 11).

Além da questão do acesso da mulher no mundo do político, do espaço público, é imprescindível discutirmos o caráter também cristão de Edwiges e, por consequência, da federação pernambucana. Segundo Shumacher “fugindo à tônica do movimento feminista nos demais estados e da orientação seguida pela direção nacional, a seção pernambucana dava firme apoio aos princípios católicos” (SHUMAHER, 2000, p. 189).

Edwiges defende os princípios católicos em sua tese “Pela mulher, para a mulher” e também na enquete do “Diário de Pernambuco” (30 de março de 1933: 1) afirmando: “Somos católicas e não compreendemos as reivindicações femininas fora desses princípios. Somos pela indissolubilidade do matrimônio como condição máxima de garantia da família, da estabilidade do lar, da moral social enfim”. Edwiges foi radicalmente contra o divórcio, conforme os princípios católicos, se contrapondo a estrutura de feminismo idealizada pela federação brasileira.

Ela acreditava que o divórcio era um mal que não poderia se instalar no organismo social. Ela afirmou que a futura Constituição deveria ser rigorosamente contra o divórcio, advertindo que deveria ser ratificado também no código civil. Apesar de ser contra o divórcio, entendia que a constituição deveria buscar

18º REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



igualdade na relação conjugal. Edwiges era igualmente contrária ao ensino laico.

A religião católica unida ao feminismo da FPPF é uma peculiaridade dessa organização, se comparada ao feminismo do resto do país. Já Martha de Hollanda, outra feminista de relevo em Recife, se posicionava favoravelmente ao divórcio. Martha trilhou caminho inverso ao de Edwiges no feminismo do Recife. Martha era contrária a articulação dos preceitos católicos no discurso feminista, inclusive favorável a dissolubilidade do matrimônio.

Foi nesse cenário que o Diário de Pernambuco realizou a enquete nos primeiros meses de 1933, sem a participação de Martha de Hollanda, uma feminista atuante em Pernambuco. Em contrapartida, o espaço aberto para a federação pernambucana foi substancial. Será que existia a intencionalidade do jornal em promover a federação em detrimento de Martha de Hollanda? Mas quem era Martha?

Martha de Hollanda Cavalcanti, de família tradicional, nasceu em 20 de março de 1903, na cidade de Vitória de Santo Antão, próxima da capital Recife. Martha se dedicou a poesia, ao jornalismo e ao feminismo com igual dedicação. Publicou um livro de poesias intitulado “Delírio do Nada” em 1930, que foi lido por ela em sessão solene na Academia Pernambucana de Letras. Ela participou ativamente do movimento feminista em Recife, chegando a presidência da Cruzada Feminista Brasileira, na qual a criou juntamente com Heloisa Chagas em maio de 1931. Heloísa Chagas era escritora, nascida no Maranhão, foi diretora da Cruzada até se afastar do cargo após discussão com Martha.

Entre os principais objetivos da Cruzada Feminista, constava “estimular o seu espírito de organização orientando-a nos problemas que, diretamente ou indiretamente possam interessar-lhe, estendendo e ampliando a sua esfera de ação a todos os círculos civis e políticos”. Essa perspectiva do acesso da mulher ao âmbito político foi uma luta encarada por Martha na Cruzada Feminista, até sua saída de forma tumultuada um ano após a fundação.

18º REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



conseguiria o direito ao voto em 15 de março de 1933, data de sua inscrição no cartório, desta vez em nível estadual (FREITAS, op. Cit., p. 120-121).

Nesses termos, a primeira eleitora de Pernambuco foi Celina Nigro, que segundo o jornal Diário de Pernambuco se qualificou em 28 de dezembro de 1932. É interessante notar que existiu certa disputa do Diário de Pernambuco, sediado no Recife, em creditar o ineditismo a Celina, e os jornais de Vitória em defender sua conterrânea como a pioneira do voto feminino.

Celina Nigro e Martha de Hollanda foram as primeiras mulheres a se alistarem para obter o direito de votarem e serem votadas em Pernambuco. Mas quem era Celina Nigro? E qual a importância em saber quem foi a primeira a obter o título de eleitora?

Celina Nigro fazia parte da federação pernambucana, contudo sua assinatura não consta em nenhuma reunião ou solenidade registrada na ata da instituição. O registro encontrado que vincula Celina a federação é a enquete do Diário de Pernambuco, já citado neste artigo. Na quarta entrevista dessa enquete, foram ouvidas Noemia Xavier, Julia Pereira Faneca e Aurea Palmeira. Elas estavam representando a visão da FPPF na enquete, por isso, ao final da entrevista, Celina Nigro foi citada dentre outros nomes. A integrante da federação Noemia Xavier, que respondeu a enquete foi a primeira vice-presidente da federação na época, participando da gestão do segundo biênio (1933-35). Talvez, Celina Nigro, não tivesse tanta participação na organização feminista, devido sua carreira de cantora.

Não é possível prevê se houve uma escolha da federação para que Celina Nigro fosse a primeira a se alistar ou se foi ela por conta própria. O que se sabe é que em seis de janeiro de 1933, o jornal Diário de Pernambuco anunciava:

Como é sabido, a legislação eleitoral decretada pelo Governo Provisório instituiu o voto feminino, dando às mulheres capacidade eleitoral ativa e passiva. Em Pernambuco, a primeira representante do belo-sexo que solicitou a sua admissão no alistamento eleitoral do Estado foi a aplaudida virtuosa do canto senhorita Celina Nigro que se acha qualificada desde 28 de dezembro último.

A importância em saber quem foi a primeira pernambucana a obter o título de eleitora, está substanciada na disputa entre o feminismo mais bem aparelhado que

18º REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



era o da federação pernambucana, que cada vez mais conseguia espaço nos meios de comunicação do Recife e, por outro lado, o feminismo por muitas vezes individual de Martha de Hollanda. Seu principal ponto de divergência com o feminismo da FPPF, era sobre a questão do divórcio. Martha era a favor do divórcio, contrariando a sociedade conservadora da época. E já a federação pernambucana, conservando os ensinamentos católicos.

Não eram apenas duas mulheres materializando o direito do voto ao se alistarem, mas duas ideias de feminismo que divergiam e por isso procuravam caminhos próprios, sendo o pioneirismo pelo alistamento eleitoral um ato que marcaria a trajetória de um dos grupos feministas em Pernambuco. Essa ideia de marcar uma trajetória do feminismo, de certa forma, foi objetivada por esses dois movimentos do Recife. É importante notar que para a federação pernambucana, o voto feminino foi uma conquista exclusiva da federação brasileira, por isso a filial pernambucana reivindicava uma espécie de direito legítimo, que de certo modo procurava inibir outras feministas que se opunham a federação do Recife.

A construção do eleitorado feminino ocorreu não só nos jornais e nas rádios, mas também de porta em porta. Não é possível dimensionar o número exato das mulheres que se alistaram na eleição de 1933. Em visita do Diário ao cartório do Serviço Eleitoral, publicado em 8 de março de 1933, foi apurado que entre os 3.718 até então alistados, cerca de 200 eram mulheres. De fato, em visita também do Diário a sede da Liga Eleitoral Católica, o jornal se impressionou com o número expressivo de mulheres se alistando:

Em todos os seus salões viam-se distintas senhoras de nossa sociedade a prepararem suas petições de alistamento. A impressão do visitante é de que a "Liga Católica" tornou em Pernambuco uma realidade completa no alistamento eleitoral feminino. Nenhuma organização partidária apresenta tão vultuosa cifra de eleitoras. Sentia-se, porém que todas se entregavam com entusiasmo e devotamento na conquista do título da cidadania.

As eleições foram realizadas no dia 3 de maio, tendo pela primeira vez na história eleitoral, a presença do voto feminino em âmbito nacional. Os deputados foram eleitos apenas para a Assembleia Nacional, havendo após a promulgação da Constituição novas eleições. As únicas mulheres de Pernambuco que participaram como candidatas nessas eleições foram justamente Edwiges de Sá Pereira e Martha

18º REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



de Hollanda. A campanha de Edwiges foi feita, dentre outros meios, pelo Diário de Pernambuco, que ajudou a propagar seu nome e, também da federação pernambucana. O Diário noticiou que uma representante da FPPF, Edwiges, provavelmente se candidataria, afirmando que “É possível que a Federação pelo progresso feminino concorra também às urnas apresentando a candidatura da Sra. Edwiges de Sá Pereira”. Essa informação do jornal foi publicada em 22 de março, uma semana antes da publicação da entrevista de Edwiges para a enquete desse mesmo periódico. O jornal não a relacionou ao Partido Economista, que foi seu partido nas eleições. Provavelmente Edwiges já tivesse em mente sua participação nas eleições, já que na quarta entrevista da enquete, publicada em 29 de janeiro, algumas participantes da FPPF a indicavam como a mulher mais bem preparada em Pernambuco para a representação de deputada constituinte. O que faltava a Edwiges, talvez, era sua opção na escolha de algum partido.

Já Martha de Hollanda teve espaço em alguns importantes jornais do Recife, mas no ano das eleições seu nome não era facilmente visto nos periódicos. Com relação à campanha de Martha, no “Jornal Pequeno” de 26 de abril de 1933 é suscitado a movimentação no interior do estado para a sua candidatura:

A escritora Martha de Hollanda, candidata avulsa à Constituinte prestigiada por valiosos elementos femininos, tem estado em grande atividade. No interior do estado fundaram comitês femininos que trabalham pela vitória de sua candidatura.

CONCLUSÃO

Nas eleições de 3 de maio de 1933, 69.829 estavam aptos a votar em Pernambuco, contudo compareceram as urnas 54.893. Foram 36.852 eleitores que votaram filiados por algum partido e 18.041 foram avulsos. Edwiges obteve 50 votos no “primeiro turno” e 1.630 no “segundo turno”.

Já Martha obteve 50 votos no primeiro turno e 216 no segundo turno. Se compararmos o número de votantes com os votos concedidos a Edwiges e Martha, foi um número considerável, avaliando que essa foi a primeira eleição com a participação feminina em Pernambuco. Contudo, nenhuma das duas foi eleita, sendo os representantes de Pernambuco, apenas homens.

18º REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE

Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:

Desafios no Campo da Militância e das Práticas



Algumas diferenças com relação à agenda feminista entre Edwiges de Sá e Martha de Hollanda podem estar relacionadas a questão geracional. Em 1931 quando as organizações feministas surgiam, Edwiges tinha 46 anos de idade e Martha tinha apenas 28 anos. Talvez por Edwiges ter nascido e vivido sua infância no séc. XIX, explique sua conduta feminista atrelava aos preceitos católicos. Já Martha, nascida em 1903, era contrária aos preceitos católicos e favorável ao divórcio.

A estratégia de atuação da federação pernambucana, assim como a nacional empreendeu um feminismo considerado “bem comportado”, no qual não se pretendia radicalizar o movimento, realizado de forma comedida, “bem educada”. O feminismo de Martha e da Cruzada Feminista, apesar das divergências com a federação, também pautou seu movimento sempre por dentro da lei e nunca fora dela, porém com um discurso mais perigoso. Contudo, não se pode atribuir a essas mulheres uma pecha de conterem perspectiva conservadora. Elas foram contestadoras para a época ao exigirem a participação feminina no campo do político.

Essa perspectiva que as feministas dos anos de 1930 foram sim contestadoras de sua condição e não conservadoras são mais recentes. Margareth Rago, Rachel Soihet e Celi Regina Pinto foram algumas autoras que contestaram as conclusões das primeiras estudiosas do feminismo. Isso ocorreu devido novas interpretações deste feminismo, no qual se buscou perceber o ineditismo do feminismo da época, evitando as comparações do feminismo de hoje com o de ontem.

REFERENCIAS

ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e feminismo**: a luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. O voto de saias: a Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 49, p. 133-150, 2003.DEL

18º REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE

Tema: **Perspectivas Feministas de Gênero:**
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade**: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil (1914-1940). São Paulo: EDUSP, 1999.

DUARTE, Constância Lima. **Feminismo e literatura no Brasil**. Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 17, n. 49, 2003.

FREITAS, Luciene. **Uma guerreira no tempo**: resgate de uma época, Martha de Hollanda e Delírio do Nada. Recife: Fundação Biblioteca Nacional, 2003. p. 122-123.

FREYRE, Gilberto. **Manifesto regionalista**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1967.

HAHNER, June. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas**: 1850-1937. São Paulo: Brasiliense, 1981.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. **Mulheres, política e cidadania**: a criação da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino (1918-1932). Sophie, Recife, n. 1, p.30-46, abr. 2011. p. 39.

PEDRO, Joana Maria. **Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea**. Revista Topoi, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, jan./jun. 2011. p. 271.

PEREIRA, Edwiges de Sá. **Pela Mulher, Para a Mulher**. Recife: Oficinas Graphics da Associação da Bôa Imprensa, 1932.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Em busca da cidadania**. In Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

RAGO, Margareth. **Os feminismos no Brasil**: dos “anos de chumbo” à era global. Labrys, estudos feministas. Distrito Federal, n. 3, 2003.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Quatro Artes Editora, 1969.

SHUMAHAR, Schuma; BRAZIL, Erico Vital. **Dicionário mulheres do Brasil**: de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 189.

SOIHET, Rachel. **A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância de Bertha Lutz**. Revista Brasileira de Educação. São Paulo, n.15, 2000.